



DIRCEU PESSOA (1937-1987), PESQUISADOR SOCIAL

Clóvis Cavalcanti

Economista

da Fundação Joaquim Nabuco

O dia 8 de setembro de 1987, uma terça-feira, tinha tudo para ser uma data, como se diz em inglês, **uneventful**. Volta de feriado, muita coisa a fazer, rotina sobre rotina. Na verdade, o dia transcorreu dessa forma, deixando em mim, no seu findar, a sensação do esforço despendido nas tarefas profissionais. À noite, porém, de sopetão, veio a terrível notícia - a mim transmitida por Claudinha, minha filha - da queda do avião que levava Dirceu Pessoa e Marcos Freire. A primeira sensação foi de que poderia haver equívoco na informação. A segunda, de que, como em acidentes aéreos há com frequência sobreviventes, Dirceu poderia não ter morrido. Finalmente, passados alguns longos e penosos minutos, e conferidas as notícias, a dimensão plena do real: Dirceu Pessoa morto, a vida terminada abruptamente no aeroporto de Carajás, longe do Nordeste, longe da família, no mato escuro da Amazônia, numa área de conflitos de terra, onde a questão fundiária chamava a atenção de Dirceu, naquele exato instante investido de poderes executivos para realização do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), cuja secretaria geral, a convite do ministro Marcos Freire, estava ocupando há menos de três meses.

Nos primeiros momentos da notícia da morte de uma pessoa que me era tão próxima como Dirceu, não dá para pensar em muita coisa, a não ser na violência da partida definitiva. No caso, deveras, trata-se de um desaparecimento sem a expectativa, muito menos a possibilidade, da despedida. Nossa última conversa foi sobre trabalho (a Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, para cuja organização eu estava contando com a ajuda de Dirceu). Falamos por telefone e, como sempre, devido a nossa amizade estreita de 25 anos, tratamos também de coisas pessoais (o aniversário de Dirceu, poucos dias antes, a 24 de agosto, quando ele completou 50 anos; a vida; casamento, etc.). Vimo-nos pela derradeira vez também numa

ocasião que, apesar de ser de trabalho (reunião na casa de Marcos Freire, em Olinda 21 de agosto de 1987, à noite, para discussão da reforma agrária), conteve algo de encontro para conversas sobre o trivial da vida. Com Dirceu, minha relação foi sempre desse tipo, combinando atividades profissionais e vida, misturando o sério com o alegre, o sacro com o profano, a reflexão com a brincadeira.

Falar de Dirceu, assim, permite que eu devasse todo tipo de situação para ir buscar elementos para uma conversa interminável. Estive junto dele, por exemplo, poucas horas depois do nascimento de seu primeiro filho Fernando Antônio, em julho de 1962. Com Dirceu eu estava também naquele dramático sábado de carnaval (28 de fevereiro de 1976) quando o mesmo Fernando Antônio morreu no hospital, vítima de um acidente de carro no dia anterior. Em 25 anos de convivência, sem dúvida, há muito o que duas pessoas podem compartilhar. Acontece isto neste caso de minha convivência com Dirceu. Mas é do Dirceu Pessoa pesquisador social apenas que eu quero falar aqui, até porque o interesse dos leitores nesta revista não deve ser sobre recordações pessoais nem o espaço da publicação é tão grande que eu possa ocupar com páginas e páginas de narrativas humanas pungentes, corriqueiras ou pitorescas. E, ademais, Dirceu foi um grande pesquisador, um profissional cuja trajetória de formação inclui cursos de filosofia, sociologia e economia, com doutorado de terceiro ciclo da última disciplina conquistado em Paris, na Sorbonne, através de importante tese sobre espaço e pobreza rural 1/. Note-se que essa formação acadêmica não obedeceu apenas a um paradigma de formalidades convencionais. Dirceu Pessoa foi sempre aluno destacado, mas sem exibicionismos, cuidadoso nas leituras, sóbrio na demonstração de conhecimentos, preocupado em aprofundar seu saber, empenhado em aproveitar bem o tempo de estudo. Posso atestar bem o que estou dizendo porque cheguei a ser seu professor nos últimos meses de 1965, como assistente de Fernando Mota, na cadeira de Evolução da Conjuntura Econômica, da Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade do Recife (hoje, Federal de Pernambuco): 1965 foi justamente o ano em que Dirceu concluiu seu bacharelado de economia, na ocasião já sendo detentor do diploma de sociólogo, conquistado em Paris, onde fez sua primeira graduação. Da França ele havia retornado em 1961, casado com Nilda Miranda, e passara a trabalhar na equipe pioneira da SUDENE, Celso Furtado à frente.

Em 1962, Dirceu fez vestibular para economia e começou a estudar essa disciplina. Foi aí que o conheci, no começo do ano. Estabeleceu-se logo entre nós uma afinidade intelectual e ideológica. Formávamos, na Faculdade, um movimento estudantil que queria renovar métodos, modernizar o ensino, acabar com o clima de indigestível corrupção que envolvia aquela unidade de ensino universitário. Não foram poucas as dificuldades que tivemos de enfrentar. Fazíamos oposição à Direção da escola - com a qual, curiosamente, Marcos Freire, o ministro morto com Dirceu, nosso professor e mais tarde amigo, mantinha laços de íntima proximidade -, mas éramos respeitados devido ao bom desempenho acadêmico dos integrantes do movimento renovador. Esse período de combate envolveu memoráveis lutas, inclusive uma reunião do Diretório Acadêmico, do qual Dirceu e eu éramos membros, na qual,

para tentar bloquear uma iniciativa que considerávamos condenável do grupo situacionista, passei falando de 9 horas da noite até quase 2 horas da manhã. Salmos derrotados da reunião, uma vez que havíamos perdido número devido a uma viagem de estudos de alguns colegas (viagem essa de que se aproveitou a situação para convocar o Diretório), mas nasceu daí um espírito de luta vigoroso que nos impeliu para outras empreitadas de jovens inconformados com a mediocridade.

Sai da Faculdade no final de 1963, indo estudar na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, e após na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Quando voltei, em setembro de 1965, fui dar aula na Faculdade de onde provinha e encontrei Dirceu entre meus primeiros alunos. Meses depois, já em 1966, Dirceu foi trabalhar comigo na seção que eu dirigia (de economia) no Grupo do Vale do Jaguaribe, na SUDENE. Esse foi um período fertilíssimo de trabalho para nós dois. Atuávamos conjuntamente e eu me servia da experiência de Dirceu para realizar os objetivos de minhas tarefas. Nosso grupo incluía uma missão francesa. Dirceu transitava com todo desembaraço entre os técnicos de fora e nisso tinha a ajuda de seu francês irrepreensível. Ele só não galgava posição oficial de relevo condizente com sua competência, em virtude da miopia ideológica da época, que via sem justeza pessoas que haviam formado na linha de frente da equipe montada por Celso Furtado. Dirceu fora responsável, na SUDENE, antes de 1964, por importante projeto-piloto de reforma agrária, a Cooperativa de Tiriri, no município pernambucano do Cabo, e, por isso, deveria figurar em alguma lista de perigosos subversivos... Ah! A vesguice dos preconceitos ideológicos! No Grupo do Vale do Jaguaribe, Dirceu era requisitadíssimo. Convidavam-no sistematicamente para reuniões, almoços, jantares, fora do expediente. Nessas ocasiões, Dirceu destacava-se sempre pelo teor de suas argumentações, pela lucidez de suas idéias, pela capacidade de ouvir aqueles com que dialogava, sem dogmatismos de qualquer espécie, sem evidência de saber pretensioso. Os franceses o chamavam de "Dirceú": era Dirceú pra cá, Dirceú pra lá. Foi um ótimo conselheiro na minha seção de economia. Eu, recém-saído da universidade, estava de fato, aprendendo com o meu amigo.

Em janeiro de 1966, organizei, na pós-graduação de economia da Universidade do Recife, onde lecionava, um curso sobre desenvolvimento econômico, cuja direção tinha à frente o professor Werner Baer, que tinha sido meu orientador em Yale. Dirceu, na vivacidade intelectual que o caracterizava, sempre interessado em ampliar conhecimentos, inscreveu-se no curso e só não o frequentou integralmente devido a um acidente de carro que sofreu certo dia, quando se dirigia à Universidade. O automóvel de Dirceu, um Volkswagen, entrou debaixo de um caminhão que estava parado na estrada. Não foi um acidente de graves proporções, mas amassou consideravelmente o carro e deixou Dirceu sem a forma ideal para um curso. Durante o ano de 1966, realizamos vários levantamentos econômicos no Ceará, cenário do Vale do Jaguaribe: estudos sobre indústrias, sobre carnaúba, sobre caju, sobre irrigação. Em abril de 1967 eu me afastei da SUDENE, passando a dedicar-me em tempo integral à Universidade (então já transformada em Federal de Pernambuco). Dirceu, à época, também ensinava na Escola de Serviço Social.

Era titular da cadeira de Economia, tendo aí desenvolvido trabalho dos mais profluos e respeitados. À noite, nessa época, eu dava aulas de microeconomia na Universidade Católica de Pernambuco. Com apoio do diretor da escola, reorganizei o curso de economia, que atingiu nível dos mais satisfatórios, com um perfil saudável e conduzido por professores do melhor nível. A Dirceu coube a cadeira de Desenvolvimento Econômico, na qual ele se houve competentemente, revelando zelo, seriedade e elevados padrões acadêmicos.

Embora tendo trabalhado em pequenos estudos com Dirceu na SUDENE, apenas no segundo semestre de 1967 é que tivemos nossa primeira colaboração em um trabalho verdadeiramente de pesquisa. Convidado pelo diretor executivo do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Mauro Mota, eu estava concluindo um trabalho iniciado pelo agrônomo José Marcelino da Rosa e Silva Neto, pesquisador do Instituto que falecera com a pesquisa em andamento. Era um diagnóstico interessante sobre a microrregião pernambucana do Vale do Moxotó, envolvendo levantamentos sócio-econômicos e geográficos. Vi que não dava para empreender o trabalho sozinho. Falei com Dirceu e ele dispôs-se a me ajudar. Foram cerca de quatro meses de atividades conjuntas, analisando dados, construindo tabelas, saindo atrás de informações. Do nosso esforço resultou um relatório de pesquisa, no final de 1967, transformado posteriormente em livro: **Vale do Moxotó: Análise Sócio-Econômica de uma Bacia de Açude Público 2/**.

Fato curioso dessa tarefa que empreendemos é que, no final de tudo, havíamos escrito um livro sobre uma área geográfica que nunca havíamos visto de perto. Discutimos sobre isso e, muito por conta das razões expostas com firmeza por Dirceu (eu relutava em fazer uma viagem, na tradição ortodoxa do economista que escreve sobre a realidade apenas consultando estatísticas e o trabalho de outros pesquisadores de sua profissão), terminamos viajando ao Vale do Moxotó. Foi uma excursão rápida, na qual visitamos o açude Poço da Cruz, Ibimirim e Inajá, parando também na decadente vila de Moxotó. Excursão ligeira, mas extremamente útil e instrutiva, sobretudo porque pudemos conferir muita coisa daquilo que havíamos afirmado no relatório sem ver. Algumas imprecisões não puderam ser corrigidas no documento, que já estava pronto quando a viagem se fez. Coisa de economista... eu era o coordenador e deveria ter partido de mim a iniciativa da viagem - muito antes, é claro, que o trabalho se concluísse. Pudemos ver na excursão como era difícil fazer trabalho de campo naquela época distante, sem estradas asfaltadas, sem telefone, sem hotéis e restaurantes. Data da ocasião um episódio que se tornou célebre nas conversas de Dirceu de sua vida posterior: a famosa história do Hotel do Peba, um suposto restaurante de iguarias (inclusive tatupeba) caçadas na região, para onde fomos mortos de fome (estávamos Dirceu, Nilda, seus filhos Fernando e Carlos André, o motorista Edgar Alves, minha mulher, Helenilda, e eu) e onde chegamos às 11 horas de uma noite de bellissimo luar sertanejo de dezembro. O lugar, à beira de uma estrada poeirenta, não tinha iluminação elétrica - e, pior que isso, tampouco qualquer iguaria. Tivemos que nos contentar com um bode duríssimo, preparado sem qualquer esmero. Dali saímos mal alimentados para Paulo Afonso, ficando

pela rua sem encontrar hotel, o que ocorreu apenas depois de muito suspen- se, já bem tarde da madrugada.

O estudo sobre o Vale do Moxotó inicia uma longa fase de trabalho em comum que Dirceu e eu efetuamos até praticamente sua morte. Seguem-se duas pesquisas sobre seca (1970-1971 e 1979-1984) 3/ e pequenos empreen- dimentos cooperativos, entre os quais a idéia de Dirceu, implantada a partir de 1983, de realização anual na Fundação Joaquim Nabuco, sempre em de- zembro, de um seminário chamado "Panorama Econômico", para, na lingua- gem que Dirceu usava, "recapitulação" das ocorrências do ano findante e uma visão prospectiva do ano em aproximação. Efetuando trabalhos com Dirceu, acho que posso dizer que, do Dirceu pesquisador, o que mais sobres- sai é sua capacidade de organizar o objeto de estudo. Cada coisa que Dirceu ia conduzir comigo era precedida de uma fase de discussão sobre o que fa- zer. A isso, ele sempre adicionava indagações de índole análoga, do tipo: co- mo, quando, onde para quem, com que recursos. Suas preocupações tinham sempre um cunho pragmático e pedestre. Era preciso definir bem os parâ- metros da atividade. Para tanto, Dirceu se servia muito de modelos de orga- nização tipo pesquisa operacional. Era natural nele organizar através de gráfi- cos aquilo que ia executar, determinando calendários, articulando providên- cias. Ele, dessa maneira, jamais se perdia nos caminhos do trabalho. A me- lhor prova disso talvez seja o estudo sobre política fundiária que coordenou, no qual os últimos retoques foram dados na semana anterior a sua morte. Ou seja, até para despedir-se da vida, instintivamente, Dirceu foi exato e ordena- do, não deixando nada inconcluso, não transferindo a outros responsabilida- des que ele havia de sua consciência assumido.

Falando de Dirceu, até parece que só tenho virtudes a descobrir. Mas é isso mesmo. Na distância de sua morte, não consigo vislumbrar senões na atuação desse homem, que foi meu amigo íntimo e colaborador profissional, e a quem convidei para engajar-se na Fundação Joaquim Nabuco como di- retor do Departamento de Economia do Instituto de Pesquisas Sociais. Sua integridade de caráter, por exemplo, é um valor a ser sublinhado. Dirceu era de uma lealdade extrema. Foi sempre um apoio importante para minha ges- tão de superintendente do INPSO. Entendamo-nos com poucas palavras. Não precisávamos perder tempo para desenvolver soluções para os proble- mas que, inúmeras vezes, tínhamos, ele e eu, às mãos. É óbvio que Dirceu ti- nha vícios, pecados, deficiências humanas como qualquer mortal. Mas não se tratava de pessoa mesquinha. Talvez ele chateasse pela aspereza com que fi- zesse certas cobranças. Ou por não dedicar mais tempo seu orientando o tra- balho de assistentes. Talvez mesmo ele devesse ter escrito mais trabalhos de cunho acadêmico para publicação em revistas científicas. Eu próprio vivia co- brando dele uma produção escrita maior. Entretanto, Dirceu respeitava muito os compromissos de pesquisa assumidos. Não lhe agradava atrasar prazos de relatórios, desviar a atenção devida a "clientes" de pesquisa. Ele preferia con- cluir aquilo que os patrocinadores de trabalho demandavam a ter que colher as glórias de um artigo publicado. Nem por isso, Dirceu deixou de publicar, de enviar comunicações a encontros científicos, de disseminar seu trabalho 4/.

É preciso ressaltar que Dirceu dispunha de muita coisa criada por si próprio, em matéria de conceitos e de originalidade de análise, para ser divulgado. Por exemplo, é dele o primeiro tratamento sistemático da questão da convergência da pobreza do sertanejo com a seca para transformar a estiagem em catástrofe social, tema muito bem desenvolvido em sua tese de doutorado, onde Dirceu afirma que:

"le ravage social de la sécheresse résulte notamment de la 'trame' de la pauvreté rurale pré-existante qui rend les 'sinistrés' si vulnérables aux sécheresses" 5/.

A idéia de seca e pobreza como questões interligadas, evidentemente, não é nova. Nova foi a forma como as duas coisas foram combinadas para conduzir ao modelo concebido por Dirceu. Nesse modelo, um ponto básico - e que é também uma contribuição genuína de Dirceu ao entendimento dos problemas nordestinos - refere-se àquilo que Dirceu denominou de "perequação da pobreza", explicado da seguinte maneira:

"Une fois pris au piège de la pauvreté, les pauvres peuvent se débattre mais leur mouvement est vain puisque dans l'ambiance monopolistique dans laquelle ils se trouvent, ce sont précisément leur mobilité et la concurrence qu'ils se font entre eux qui les nivellent par le bas" 6/.

No seu entender, dadas as condições sócioeconômicas do Nordeste rural, com oferta perfeitamente elástica de mão-de-obra, população trabalhadora muito homogênea dispondo de mobilidade espacial e entre ocupações,

"il est évident d'après les lois de la physique et le l'économie, qu'il devrait y avoir péréquation" 7/.

A tese de Dirceu tinha em mira exatamente demonstrar por que a perequação se dá ao nível da pobreza absoluta, o que ele conseguiu de maneira cuidadosamente convincente, se não magistral.

Na abordagem do problema das secas, Dirceu também tinha idéias originais. É dele o tratamento da questão da vulnerabilidade à seca diante da estratificação social 8/. Vale inclusive notar aqui como Dirceu se servia bem do perfil da pirâmide social nordestina para ilustrar sua análise dos problemas regionais. Essa é uma linha de desenvolvimento de sua idéia recorrente no material que ele deixou escrito. Outro ponto de suas preocupações intensas é a discussão de problemas fundiários. Como já foi mencionado, Dirceu Pessoa, no início da carreira na SUDENE, chefiou o projeto de distribuição de terra de Tiriri. Não chegou a colher frutos de seu trabalho, uma vez que a iniciativa foi interrompida bruscamente pelo movimento militar de 1964, quando Dirceu foi destituído de suas funções e colocado no ostracismo. Mas o final de sua vida está relacionado com a questão da terra no Brasil. Com efeito, o último trabalho intelectual de Dirceu foi justamente um estudo por ele coordenado, tendo como objetivo geral

"Contribuir para o aperfeiçoamento da política fundiária brasileira e, mais especificamente, subsidiar o processo de implantação da Reforma Agrária na região Nordeste" 9/.

O primeiro capítulo do relatório da pesquisa fala do problema da estrutura fundiária e diferenciação social. Foi o único escrito pessoalmente por

Dirceu, caracterizando muito bem dois eixos de sua visão da realidade. Dessa visão, talvez a expressão mais representativa seja a de um artigo de Dirceu, publicado na *Revista Econômica do Nordeste* e intitulado: "Pobreza dá terra, pobreza de terra e pobreza dos sem terra" 10/. Na verdade, como pesquisador, Dirceu nunca esteve afastado do sofrimento humano. Ele comovia-se com a desgraça do nordestino, mas não parava numa contemplação sentimental, lastimando a sorte de seus semelhantes. A seu modo, pesquisando, interpretando, perscrutando, lendo a realidade, ele saía a campo para tentar modificar o panorama de sofrimento da região. Foi uma batalha que não poderia terminar no lapso de uma vida. Mas que poderia contar ainda com muito da energia de investigador ídóneo que Dirceu possuía. Pena que o serviço da reforma agrária a que Dirceu se dedicava no MIRAD haja prematuramente lhe arrebatado a vida, levando na tragédia os sonhos e a competência de um homem que um dia dissera (cartão de Natal de 1983): "Do monte silencioso/Das horas estudiosas/Da inspiração coletiva,/Três segredos/Três momentos/Três votos p'ra 84:/O melhor que queres ser/O que de melhor fazer/Fazer melhor o que fazes".

Notas

- 1/ Dirceu Pessoa, *Espace Rural et Pauvreté au Nord-Est du Brésil*, tese de doutorado do 3º ciclo (Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1981).
- 2/ Clóvis Cavalcanti e Dirceu Pessoa, *Vale do Moxotó: Análise Sócio-Econômica de uma Bacia de Açude Público* (Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 1970).
- 3/ V. Dirceu Pessoa e Clóvis Cavalcanti, *Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970* (Recife, SUDENE/SIRAC, 1973); Dirceu Pessoa, Clóvis Cavalcanti, Maria Lia Pandolfi e Leonardo Guimarães, *A Seca Nordestina de 79-80* (Recife, Fundação Joaquim Nabuco/SUDENE, 1983, xerox); Dirceu Pessoa (coordenador), *Transposição do Rio São Francisco: A Dimensão Sócio-Econômica* (Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Departamento Nacional de Obras de Saneamento, 1983).
- 4/ V., por exemplo, Dirceu Pessoa, "Secas en el Nordeste de Brasil: de la Catástrofe natural a la Fragilidad Social", In María Graciela Caputo, Jorge Enrique Hardoy e Hilda María Herzer (org.), *Desastres Naturales y Sociedad en América Latina* (Buenos Aires, GEL-Grupo Editor Latinoamericano, 1985), pp. 57-74; Dirceu Pessoa, "Secas no Nordeste: Vertentes de Interpretação e de Políticas Públicas", trabalho apresentado no Encontro SAHNOT-Luta Contra a Seca no Sahel e no Nordeste (Bamako,

- Mali, Ministério dos Recursos Naturais e da Criação do Mali/CILSS/EN-DA, mar. 1986); Dirceu Pessoa, "Estratificação Social e Vulnerabilidade à Seca", **Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste** (a. II, n. 1, jan./abr. 1983), pp. 125-138.
- 5/ Dirceu Pessoa, **Espace Rural**, etc., *op. cit.*, p. xiv.
- 6/ *Idem*, p. 147.
- 7/ *idem*, p. 148.
- 8/ Dirceu Pessoa, "Estratificação Social e Vulnerabilidade à Seca", *op. cit.*
- 9/ Dirceu Pessoa (coordenador), **Política Fundiária no Nordeste**. Relatório Final (Recife, Fundação Joaquim Nabuco/IPEA-Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1987), p. 3.
- 10/ Dirceu Pessoa, "Pobreza da Terra, Pobreza de Terra, Pobreza dos sem Terra", **Revista Econômica do Nordeste** (v. 15, n. 4, out./dez. 1984), pp. 699-714.